


CÂMARA MUNICIPAL  
VITÓRIA DA CONQUISTA  
PARECER APROVADO NA SESSÃO  
DO DIA  
05/08/2022

  
Luis Carlos Dudé  
PRESIDENTE

**PARECER FAVORÁVEL, DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF AO PROJETO DE LEI Nº 131/2019 DE AUTORIA DA VEREADORA MARCIA VIVIANE DE ARAÚJO SAMPAIO, QUE “DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE QUEIMADAS NAS VIAS PÚBLICAS E NOS LOTES URBANOS E SUBURBANOS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE CONQUISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

#### **RELATÓRIO:**

Trata-se do Projeto de Lei Nº 131/2019 de autoria da Preclara Parlamentar Marcia Viviane de Araújo Sampaio, que “Dispõe sobre a proibição de queimadas nas vias públicas e nos lotes urbanos e suburbanos do Município de Vitória de Conquista e dá outras providências”.

O Projeto de Lei “in Analysis” se fundamenta na Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, com espeque na inteligência do Art.15, senão vejamos:

**“Art. 15.** Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

I – assuntos de interesse local, inclusive suplementação das legislações federais e estaduais, no âmbito de sua competência; (grifo nosso)

(...)

Solidifica ainda nossos tribunais pátrios que, quando o projeto se limitar à fixação de normas de conteúdo geral, programático ou, então, quando estabeleça disciplina sobre determinada matéria que já esteja inserida na competência de órgãos municipais, fazendo-o de forma harmônica com a legislação de regência do tema, não há que se cogitar de vícios, eis que a reserva de iniciativa deve ser interpretada restritivamente (STF, Tema 917 de Repercussão Geral, j. 29.09.2016).



**Câmara Municipal**  
Vitória da Conquista  
Unidade e Compromisso

**(77) 3086-9600**  
Rua Coronel Gugé - 150,  
Bairro Centro, CEP 45000-510  
Vitória da Conquista - BA

Não foram apresentadas emendas aditivas, mesmo sendo estas possíveis no bojo da supracitada Lei Orgânica, atendendo as técnicas legislativas e que dispõe as regras de suplementação.

Ressalta ainda que o presente Projeto de Lei acompanha justificativa plausível na Lei Federal 9.605/1998 e

Em seu aspecto de fundo, a propositura encontra total consonância com a Lei Federal nº 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.

O Projeto de Lei em voga se justifica e faz acompanhar de mensagem que destaca que o conteúdo da matéria apresentada fora formulado dentro dos limites legais da Lei Orçamentária.

#### **VOTO**

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa assegurados ao Município insculpidos no artigo 30, inciso I e II, da Constituição Federal e autorizada pela Competência Concorrente entre a União Federal e Municípios prevista no artigo 23, da Constituição Federal, senão vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

A matéria veiculada neste Projeto de Lei não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal).

Destaca-se finalmente que o Projeto de Lei *sub examine* atende perfeitamente o quanto disposto nos Art. 30, incisos I e II da Constituição Federal e Art.15, inciso I, da Lei Orgânica do Município.





**Câmara Municipal**

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

**(77) 3086-9600**

**Rua Coronel Gugé - 150,  
Bairro Centro, CEP 45000-510  
Vitória da Conquista - BA**

Do ponto de vista legal, respeitadas as competências e inovações constitucionais, o Projeto de Lei de N° 131/2019, não apresenta nenhuma inconstitucionalidade.

Analisando-se a regularidade formal de sua propositura, pode-se concluir pela constitucionalidade e legalidade da mesma, posto que respaldadas em nossa Carta Constitucional, Legislação Municipal pertinente e decisões dos Tribunais pátrios.

Por fim, há que se dizer que em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei Ordinária de N° 131/2019, não merece qualquer reparo.

#### **PARECER**

Sob o aspecto jurídico e levando-se em consideração a plena consonância da proposição com as normas legais de competência da matéria, e a inexistência de óbices legais, bem como a boa técnica legislativa empregada, **somos pela aprovação** do Projeto de Lei Ordinária de N° 131/2019, em sua integralidade, sem ressalvas.

**Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 21 de junho de 2022.**

#### **Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final**

Delegado Marcus Vinicius  
Presidente

Francisco Estrela Dantas Filho  
Membro

Valdemir Oliveira Dias  
Membro

Dr Albertto Barreto  
Procurador Jurídico das Comissões

Gislane Dutra Aguiar  
Secretária